

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA

TAISA MACHADO SENA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS AUDITORES DE
BALANÇO SOCIAL**

Florianópolis, 2005

TAISA MACHADO SENA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS AUDITORES DE
BALANÇO SOCIAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Luiz Alberton

Florianópolis, 2005

TAISA MACHADO SENA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS AUDITORES DE
BALANÇO SOCIAL**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo nota _____, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

15 de junho de 2005

Prof^a Elisete Dahmer Pfitscher, M.S.c
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Professor Dr. Luiz Alberton - UFSC
Orientador/Presidente

Florianópolis, 2005.

Dedico este trabalho

A DEUS, pela certeza de estar comigo a cada amanhecer.

À MINHA FAMÍLIA, especialmente aos meus pais, por todo o amparo, compreensão e incentivo na construção de meus ideais.

AOS MEUS AMIGOS, pelo companheirismo e auxílio nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Luiz Alberton pela orientação durante o processo de concretização deste trabalho.

Aos professores Bernadete Limongi e Fabiano Raupp por aceitarem fazer parte da banca examinadora e pelas contribuições oferecidas.

Aos senhores Carlos Roberto de Farias (SESI/SC), Mauro Ambrósio (BDO Trevisan), Paulo José Machado (Ernst & Young) e Paulo Vanca (Pricewaterhouse Coopers), pela compreensão e colaboração com o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Serviço Social da Indústria – SESI, por ter sido meu primeiro contato com conceitos de responsabilidade social, por ceder bibliografia especializada para a construção deste trabalho e pela confiança diária no meu profissionalismo.

Aos amigos Julio Nienow de Carvalho e Renato Costa pela amizade e contribuições fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

A todos que contribuíram de forma indireta na elaboração deste trabalho.

"As dificuldades devem ser usadas para crescer, não para desencorajar. O espírito humano cresce mais forte no conflito."

(William Ellery Channing)

"Uma viva inteligência de nada serve se não estiver a serviço de um caráter justo."

(Vauvanargues)

RESUMO

SENA, Taisa Machado. **Considerações sobre o perfil dos auditores de Balanço Social**. 2005, 75p. Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Orientador: Professor Dr. Luiz Alberton.

Considerando o Balanço Social um instrumento de divulgação do exercício da responsabilidade social, inicia-se a discussão sobre a importância do processo auditoral para aumentar a confiança de terceiros quanto à qualidade e consistência das informações divulgadas. Com o surgimento desse novo campo de atuação dos contadores, ocorre a tendência de uma delimitação do perfil dos auditores de Balanços Sociais. Este trabalho teve como objetivo geral identificar as habilidades e competências necessárias para ser auditor de Balanço Social das empresas que atuam com auditoria social. Contemplando o objetivo geral, fez-se uma revisão de literatura que versa sobre auditoria, Balanço Social e auditoria de Balanço Social. Quanto à metodologia, foi classificada como pesquisa exploratória, estudo de caso e qualitativa. Através do preenchimento de um questionário, fizeram parte da pesquisa as empresas Ernest & Young, BDO Trevisan, Pricewaterhouse Coopers e o Serviço Social da Indústria de Santa Catarina – SESI/SC. Concluiu-se que as competências essenciais, que devem servir de alicerce para a formação do auditor de Balanço Social, são: ser auditor certificado; possuir conhecimentos em responsabilidade social, compreendendo as diversas ferramentas de gestão, normas, certificações e modelos de Balanço Social; e possuir conhecimento em gestão ambiental. As empresas pesquisadas apresentaram experiência e se consideram totalmente preparadas para realizar auditoria de Balanço Social, com exceção do SESI/SC que ainda não presta tal serviço pois está em fase de implementação do projeto.

Palavras-chave: Perfil, , auditores, Balanço Social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais características de cada tipo de auditoria.....	26
Quadro 2 - Diferenças entre auditoria externa e auditoria interna.	26
Quadro 3 - Habilidades e competências comportamentais necessárias ao desempenho satisfatório dos auditores	29
Quadro 4 - Modelo de Demonstração de Valor Adicionado.	37
Quadro 5 - Realização de auditoria do Balanço Social.	53
Quadro 6 - Preparação de auditoria do Balanço Social.....	54
Quadro 7 - Modelos de Balanço Social auditados pelas empresas.....	54
Quadro 8 – Existência de processo de recrutamento e seleção para auditores de Balanço Social.....	55
Quadro 9 - Conhecimentos necessários para ser auditor de Balanço Social, segundo as empresas pesquisadas.	56
Quadro 10 - Empresas que possuem auditores especializados em auditoria de Balanço Social.	58
Quadro 11 - Existência de treinamento específico para auditores de Balanço Social.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxo do processo auditorial e conhecimentos técnicos requeridos do auditor contábil independente.....	28
Figura 2- Modelo de Auditoria do Balanço Social.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS

AA1000 - *AccountAbility* 1000

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

GRI - *Global Reporting Initiative*

ISEA - *Institute of Social and Ethical Accountability*

ISSO - *International Standards Organization*

NBR – Norma Brasileira

OHSAS 18001 - Occupational Health and Safety Assessment Series 18001

SA 8000 - *Social Accountability 8000*

SEC - *Security and Exchange Commission*

SESI/SC - Serviço Social da Indústria de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
LISTA DE QUADROS.....	8
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS.....	x
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 APRESENTAÇÃO DO ASSUNTO	13
1.2 TEMA E PROBLEMA.....	15
1.3 OBJETIVOS	16
1.3.1 Objetivo geral	16
1.3.2 Objetivos específicos	16
1.4 JUSTIFICATIVA	16
1.5 METODOLOGIA.....	18
1.5.1 Caracterização da pesquisa.....	Erro! Indicador não definido.
1.6 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO.....	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1 AUDITORIA	22
2.1.1 Conceito / definição.....	22
2.1.2 Evolução histórica	24
2.1.3 Tipos de auditoria	25
2.1.4 Habilidades e competências dos auditores	27
2.2 BALANÇO SOCIAL	30
2.2.1 Conceito.....	30

2.2.2	As organizações e a responsabilidade social	31
2.2.3	Evolução histórica	32
2.2.4	Aspectos ambientais	33
2.2.5	Recursos Humanos	35
2.2.6	Demonstração do Valor Adicionado	36
2.2.7	Modelos de Balanço Social e Relatórios Sociais.....	38
2.3	AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL	39
2.3.1	Definição	39
2.3.2	Objetivos e benefícios	40
2.3.3	Certificações e Normas.....	41
2.3.4	Modelo de Auditoria do Balanço Social.....	45
2.3.5	Os auditores sociais	47
2.3.6	Práticas em auditoria de Balanço Social.....	48
3	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	50
3.1	INFORMAÇÕES SOBRE AS EMPRESAS	50
3.1.1	BDO Trevisan.....	50
3.1.2	Ernst & Young.....	51
3.1.3	Pricewaterhouse Coopers	52
3.1.4	Serviço Social da Indústria – SESI/SC.....	52
3.2	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	53
4	CONCLUSÕES	60
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
	ANEXOS	67

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo realiza-se uma breve exposição do assunto estudado, evidenciando os objetivos estabelecidos, a justificativa para a realização do trabalho e a metodologia utilizada para atingir os objetivos propostos.

1.1 APRESENTAÇÃO DO ASSUNTO

A sociedade tem passado por profundas transformações nestas últimas décadas, exigindo transparência em todos os âmbitos, inclusive no empresarial, através de informações confiáveis, proporcionando decisão mais efetiva e eficiente. Então, a contabilidade tem um papel importante na geração dessas informações a seus diversos tipos de usuários, visto que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das empresas.

Realizando um breve retrospecto da história da contabilidade, percebe-se que esta se vincula à sociedade e evolui com ela. Na era moderna, os primeiros usuários da informação contábil foram os comerciantes e empreendedores das grandes navegações, que buscavam a informação do lucro das jornadas. Com a evolução do comércio e a acumulação de riqueza, surgem mais dois usuários: o credor e o investidor. Com o advento da Revolução Industrial, houve transformações como a mudança no consumo da sociedade, nos meios de produção e nas formas de registros das informações. Desta forma, o governo percebeu na contabilidade uma fonte de informações sobre a geração de riqueza, utilizando-a para a tributação e a proteção de investidores.

De acordo com Kroetz (2000), no desejo de entender o que se passava no processo produtivo das empresas, muitas instituições não-governamentais interessadas no gerenciamento ecológico e socialmente correto, bem como pessoas preocupadas em exercer o papel de cidadãs, começaram a exigir das organizações transparência em suas ações gestoriais, observando os impactos sobre a sociedade e o meio ambiente. A partir da segunda metade da década de 70, as revoltas estudantis na Alemanha, os ideais socialistas na França e os reflexos da Guerra do Vietnã instigaram a mesma preocupação de responsabilidade social nas empresas. Surge, assim, a necessidade informativa de cunho social e ambiental pelas empresas, desenvolvendo-se a contabilidade social.

Segundo Martins (1999), a contabilidade social tem como objetivo principal o estudo, a evidenciação e, no que for possível, a identificação dos efeitos que determinadas variações no patrimônio das empresas causam na sociedade, num sentido amplo.

O principal instrumento de verificação da contabilidade social é o Balanço Social, que é um documento publicado anualmente e que reúne um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por determinada empresa em promoção humana e social, dirigidas aos seus empregados e à comunidade na qual está inserida. Nesse sentido, é um mecanismo valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos, um indicador cristalino da forma como a entidade é administrada. Por meio do Balanço Social, a empresa mostra o que faz por seus empregados, por seus dependentes e pela população que recebe sua influência direta, ou seja, é um mecanismo de construção de vínculos entre empresa e sociedade. (FREIRE e SILVA, 2001, p.124)

Considerando o Balanço Social um instrumento de divulgação do exercício da responsabilidade social, inicia-se a discussão sobre a importância do processo auditorial para aumentar a confiança de terceiros quanto à qualidade e consistência das informações divulgadas. Com o surgimento desse novo campo de atuação dos contadores, ocorre a

tendência de uma delimitação do perfil dos auditores de Balanços Sociais, assunto a ser tratado nesta pesquisa.

1.2 TEMA E PROBLEMA

Na visão de Rockefeller apud Kroetz (1999), devido à crescente cobrança por maior responsabilidade social das empresas, é previsível que além do balanço financeiro anual, certificado por auditores independentes, as empresas tenham que publicar o Balanço Social igualmente certificado.

Araújo (2003) salienta que apesar da publicação do Balanço Social não ser obrigatória no Brasil, não se deve aguardar a exigência legal para realizar a auditoria. Acrescenta ainda que a classe contábil (especialmente os profissionais de auditoria) deve aprofundar as discussões sobre o assunto e aproveitar a oportunidade de oferecer uma contribuição verdadeiramente válida para a profissão.

Convém enfatizar que o Balanço Social está sendo utilizado como peça de marketing social, por ser considerada uma importante ferramenta de comunicação entre a empresa e as partes interessadas (funcionários, acionistas, comunidade, clientes etc).

Karkotli (2002) ressalta que pode ocorrer a desconfiguração de uma campanha de marketing social para algo que no mercado tradicional denomina-se campanha mercadológica ou ideológica, ou seja, muitas vezes acontece a falta de foco no resultado social sendo visado apenas o lucro econômico e a divulgação da marca.

Portanto, para que a empresa possa qualificar a publicação do Balanço Social com características de transparência, veracidade e fidedignidade das informações, como é realizado com as Demonstrações Contábeis, deve realizar a auditoria do Balanço Social.

As empresas de auditoria que quiserem acompanhar a evolução e suprir essas necessidades de seus clientes deverão se preparar, compondo um quadro de auditores com formação técnica específica. Isto porque a auditoria de Balanço Social é uma atividade multidisciplinar, que engloba conhecimentos de contabilidade, auditoria, recursos humanos, gestão ambiental e social.

A problemática desta pesquisa pode ser definida da seguinte forma: Quais as habilidades e competências que devem ser contempladas pelos auditores de Balanço Social?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Identificar as habilidades e competências necessárias para ser auditor de Balanço Social das empresas que atuam com auditoria de Balanço Social / Responsabilidade Social.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar teorias, práticas e normas de auditoria de Balanço Social;
- Verificar as competências necessárias ao auditor de Balanço Social;
- Averiguar o grau de preparação das empresas atuantes no mercado de auditoria social.

1.4 JUSTIFICATIVA

O Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (2005) ressalta que mais do que apenas registrar os atos e fatos da empresa, o profissional de contabilidade deve ser uma verdadeira “bússola” dos negócios, auxiliando a administração a manter o negócio na rota

prevista. Para desempenhar essas funções com a máxima competência, sua formação hoje deve conter não só noções de finanças, economia e gestão, mas também de ciências humanas, ética e responsabilidade social.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como propósito instigar a pesquisa e o desenvolvimento do tema “auditoria do Balanço Social” no meio acadêmico, bem como na área de contabilidade. Muitos trabalhos sobre Balanço Social estão sendo desenvolvidos, porém, poucos são destinados a analisar esta nova área de atuação dos contadores: auditoria social.

Na apresentação do Balanço Social 2003 do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, o presidente Nilson José Goedert frisou que a preocupação com o social abre várias oportunidades de trabalho para a classe contábil, visto que as informações contidas no Balanço Social são extraídas da contabilidade.

Sendo o Balanço Social publicado nos mais diversos meios de comunicação, faz-se necessário que esta demonstração represente a realidade das influências das entidades sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente. O instrumento que garante transparência e veracidade das informações contidas no Balanço Social é a auditoria.

A auditoria do Balanço Social tem como objetivo macro contribuir para a confiabilidade do processo de gestão administrativa, proporcionando também subsídios à melhoria contínua exigida pela necessidade de prosperidade da célula social. Consubstanciada e interligada aos programas tradicionais de auditoria, a auditoria do Balanço Social incrementa o conceito de auditoria de gestão, avaliando e ampliando os conceitos de controles internos, decorrentes da ação administrativa e produtiva e, nesse sentido, o benefício organizacional, ambiental e social parece ser considerável (KROETZ, 2000).

Apesar da importância da auditoria do Balanço Social salientada anteriormente, os estudos e pesquisas ainda são recentes e em pequena quantidade, havendo poucos projetos que estimulem a sua prática.

Uma das preocupações no decorrer do trabalho foi obter e divulgar as informações sobre auditoria de Balanço Social, esperando-se que o mesmo auxilie na divulgação e promoção de conceitos importantes que contribuirão para promover uma sociedade empresarial melhor e mais solidária.

1.5 METODOLOGIA

O conteúdo apresentado neste trabalho não pretende esgotar a discussão sobre a importância de traçar um perfil dos auditores de Balanço Social, uma vez que estes assuntos estão se tornando uma prática crescente, apesar de embrionária, nas empresas e que muito ainda precisa ser desenvolvido.

Para auxiliar o desenvolvimento da monografia tornou-se necessário, primeiramente, definir alguns conceitos e características norteadores da pesquisa acadêmica.

O termo monografia, etimologicamente, provém do grego, e forma-se de *monos* (um, único) + *graphia* (escrita). O sentido literal é, portanto, “escrito de um assunto só”. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define monografia como “documento que apresenta a descrição exaustiva de determinada matéria, abordando aspectos científicos, históricos, técnicos, econômicos etc.”

Para Silva (2003, p.129),

Uma monografia é um trabalho que observa, organiza e acumula informações e observações; procura as relações e as regularidades das informações e observações; indaga os porquês e utiliza, de forma inteligente, as leituras e as experiências, para a comprovação da pesquisa, e faz posterior comunicação dos resultados alcançados.

A monografia desenvolvida caracteriza-se como um tipo de pesquisa, que, segundo Menezes & Silva (2000), é “um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução de um problema, que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos”, buscando analisar o perfil de auditores de Balanço Social.

Optou-se por classificar a monografia desenvolvida a partir das definições de Beuren e Raupp (2003), que defendem que as tipologias de pesquisas aplicáveis à contabilidade estão agrupadas em três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Quanto aos objetivos, o estudo está caracterizado como **pesquisa exploratória** que, segundo Beuren e Raupp (2003, p.81), significa “reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas”. Neste sentido, o presente estudo apresenta considerações iniciais sobre as habilidades e competências necessárias para ser auditor de Balanço Social das empresas que atuam com auditoria de Balanço Social / Responsabilidade Social.

A tipologia quanto aos procedimentos refere-se à maneira pela qual se conduz o estudo, sendo que a monografia desenvolvida é classificada como **estudo de caso**. De acordo com Gil apud Beuren e Raupp (2003, p.84), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo”. Fizeram parte da pesquisa as empresas Ernest & Young, BDO Trevisan, Pricewaterhouse Coopers, prestadoras de serviços de auditoria independente e com experiência em auditoria de Balanço Social, e o Serviço Social da Indústria de Santa Catarina – SESI/SC, empresa prestadora de consultoria em Balanço Social para as indústrias de Santa Catarina, que está implementando um projeto de prestação de serviço de auditoria social.

Classifica-se a monografia desenvolvida quanto à abordagem do problema como pesquisa qualitativa que, segundo Richardson apud Beuren e Raupp (2003, p.91) “pode

descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Trata-se nesta pesquisa apenas de aspectos qualitativos, ou seja, procura-se identificar teorias, práticas e normas de auditoria de Balanço Social, verificar as competências necessárias ao auditor de Balanço Social e averiguar o grau de preparação das empresas atuantes no mercado de auditoria social.

O instrumento utilizado para se atingir os objetivos propostos foi um questionário (anexo 1), composto por um cabeçalho de identificação da empresa e funcionário responsável pelo preenchimento do questionário e de 4 questões fechadas e 6 questões abertas, além de um espaço livre adicional para considerações a respeito do tema, coleta de informações sobre as empresas participantes e revisão de literatura existente acerca do assunto.

A seleção da amostra foi intencional, definida pela acessibilidade e características das empresas. Realizou-se uma pesquisa na internet para identificação das empresas que realizam auditoria de Balanço Social, onde foram encontradas 6 empresas. Dessas 6 para as quais foi remetido o questionário via *e-mail*, apenas 3 o responderam. O Serviço Social da Indústria de Santa Catarina – SESI/SC foi convidado a participar devido à relação profissional com a pesquisadora e por possuir um projeto de prestação de serviços de auditoria de Balanço Social.

Portanto, propôs-se elaborar um texto básico compreendendo habilidades e competências importantes para a atuação de um profissional como auditor de Balanço Social, limitando-se a um estudo inicial sobre o perfil dos auditores de Balanço Social, bem como constatando o grau de preparação das empresas para atuação em auditoria social.

Anaálise dos dados

1.6 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Considerando-se o problema de pesquisa e os objetivos propostos, o trabalho está estruturado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a introdução ao tema proposto pelo estudo, salientando a importância da realização da pesquisa.

O segundo capítulo mostra uma abordagem de vários autores sobre os temas: auditoria, Balanço Social e auditoria do Balanço Social, com o propósito de reunir um conjunto relativamente organizado de idéias, conceitos e princípios que fundamentam a pesquisa.

O terceiro capítulo é o estudo de caso propriamente dito, demonstrando as informações coletadas sobre as empresas Ernest & Young, BDO Trevisan, Pricewaterhouse Coopers, e Serviço Social da Indústria – SESI através de pesquisa na *internet* e aplicação do questionário específico sobre o assunto.

O quarto capítulo expõe as considerações finais sobre a pesquisa, definindo a importância de se traçar um perfil dos auditores de Balanço Social e relacionando os objetivos propostos com o resultado da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo mostra uma abordagem de vários autores sobre os temas: auditoria, Balanço Social e auditoria do Balanço Social, com o propósito de reunir um conjunto relativamente organizado de idéias, conceitos e princípios que fundamentam a pesquisa.

2.1 AUDITORIA

Com o objetivo de realizar uma breve revisão teórica sobre o tema Auditoria, optou-se por tratar alguns tópicos básicos sobre o assunto: Conceito/definição, evolução histórica, tipos de auditoria, habilidades e competências dos auditores.

2.1.1 Conceito / definição

Attie (1998 p. 25) conceitua auditoria como “especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Segundo Franco & Marra (2001), a palavra auditoria, apesar de ser utilizada como um termo exclusivo da área contábil, não é um termo específico desse ramo. Desta forma, o autor recomenda a utilização da expressão *auditoria contábil*, a fim de distingui-la dos demais usos de tal termo.

A seguir transcreve-se uma citação um pouco mais ampla, porém bem delineada:

A auditoria é um processo sistemático de obtenção e avaliação objetivas de evidências sobre afirmações a respeito de ações e eventos econômicos, para aquilatação do grau de correspondência entre as afirmações e critérios estabelecidos, e de comunicação dos resultados e usuários interessados. (Report of te Comitê on Basic Auditing Concepts of the American Accounting Association apud Boynton et al, 2002, p.31)

Boynton et al (2002) comentam os atributos incluídos nessa definição:

- **processo sistemático:** subtendendo uma série de passos ou procedimentos lógicos, estruturados e organizados;
- **obtenção e avaliação objetivas:** significando exame da fundamentação das afirmações e avaliação criteriosa dos resultados, sem preconcepções sobre o indivíduo ou entidade que faz as afirmações;
- **afirmações a respeito de ações e eventos econômicos:** diz respeito ao objeto da auditoria, ou seja, às representações feitas pelo indivíduo ou entidade;
- **grau de correspondência:** apontando a relação de proximidade entre as afirmações e os critérios estabelecidos, sendo que a correspondência pode ser qualitativa ou quantitativa;
- **critérios estabelecidos:** são as normas pelas quais as afirmações são julgadas, podendo ser normas estabelecidas por um órgão legislativo, orçamento, princípios contábeis etc.
- **comunicação dos resultados:** através de parecer por escrito, indicando o grau de correspondência entre as afirmações e critérios;
- **usuários interessados:** indivíduos que utilizam as informações do resultado da auditoria.

2.1.2 Evolução histórica

De acordo com Attie (1998), o surgimento da auditoria ocorreu devido à necessidade dos investidores e proprietários confirmarem a realidade econômico-financeira das empresas investidas, à distribuição multigeográfica de algumas empresas e à participação acionária no capital de muitas empresas, proporcionada pelo desenvolvimento da economia.

Sá (1998), considerando a auditoria contábil como uma tecnologia que se utiliza de revisão e pesquisa para fins de opinião e orientação sobre a situação patrimonial de empresas e instituições, afirma que sua importância é reconhecida há milênios, desde a antiga Suméria, onde existem provas arqueológicas de inspeções e verificações de registros realizados entre a família real de Urukagina e o templo sacerdotal sumeriano.

Boynton (2002) considera que a auditoria de empresas iniciou com a legislação britânica durante a Revolução Industrial, devido ao surgimento de grandes empresas, economia em escala e administradores profissionais. Inicialmente, as auditorias eram realizadas por acionistas, que não eram administradores das empresas e que recebiam delegação dos demais acionistas. Porém, logo a profissão contábil se apresentou para atender às necessidades do mercado, surgindo as empresas de auditoria.

Franco & Marra (2001) corroboram com a idéia de que a auditoria surgiu primeiramente na Inglaterra, que devido ao domínio dos mares e controle do comércio mundial foi a primeira a possuir grandes companhias de comércio e instituir a taxaço do imposto sobre a renda. Afirmam que apesar de seu aparecimento como prática sistematizada surgir somente no século XIX, desde 1314 já se praticava auditoria das contas públicas na Inglaterra.

A profissão do auditor assumiu importância, segundo Attie (1998), a partir da criação do *Security and Exchange Commission* (SEC) nos Estados Unidos, em 1934. Isto por causa da obrigatoriedade das empresas que transacionavam na Bolsa de valores em utilizarem os serviços de auditoria para oferecer maior credibilidade a suas demonstrações financeiras.

Attie (1998) afirma que a evolução da auditoria no Brasil, primariamente, relaciona-se com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente e implantação de investimentos internacionais. Ressalta ainda como as principais influências no nesta evolução, a instalação de filiais e subsidiárias estrangeiras, financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais, necessidade de descentralização e diversificação das atividades econômicas, evolução do mercado de capitais, criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972 e criação da Comissão dos Valores Mobiliários (estabeleceu a disciplina e fiscalização para as atividades de auditoria das companhias abertas) e da Lei das Sociedades Anônimas (determinou obrigatoriedade de auditoria independente nas companhias abertas) em 1976.

2.1.3 Tipos de auditoria

Boynton et al (2002) classificam a auditoria em 3 tipos: auditoria de demonstrações contábeis, auditoria de *compliance* e auditoria operacional. O Quadro 1 demonstra as principais características de cada tipo, de acordo com a natureza das afirmações, critérios estabelecido e natureza do parecer do auditor.

Tipo de auditoria	Natureza das afirmações	Critérios estabelecidos	Natureza do parecer do auditor
De demonstrações contábeis	Dados de demonstrações contábeis	Princípios contábeis geralmente aceitos	Opinião a respeito da adequação das demonstrações contábeis
De <i>compliance</i>	Direitos ou dados relacionados com obediência a políticas, leis, regulamentos etc.	Políticas de administração, leis, regulamentos ou outras exigências estabelecidas por terceiros	Resumo dos resultados ou segurança a respeito do grau de obediência
Operacional	Dados operacionais ou de desempenho	Objetivos estabelecidos pela administração ou pela legislação aplicável, por exemplo	Eficiência e eficácia observadas; recomendações para aperfeiçoamento

Quadro 1 - Principais características de cada tipo de auditoria.

Fonte: Adaptado de Boynton et al (2002)

Segundo Franco & Marra (2001), a auditoria pode ser classificada de acordo com a **relação do auditor com a empresa auditada**, como auditoria externa e auditoria interna, sendo a primeira realizada por um profissional liberal e a segunda por um funcionário da própria empresa.

No Quadro 2, adaptado de Florentino (1988), pode-se perceber as principais diferenças entre auditoria externa e auditoria interna:

	Auditoria Externa	Auditoria Interna
Sujeito	Profissional independente	Funcionário da empresa
Vínculo com a empresa auditada	Contrato de prestação de serviço	Contrato de trabalho
Ação e objetivo	Exame das demonstrações contábeis ou de alguma área específica ou procedimento predefinido como objeto de trabalho especial.	Exame dos controle internos e avaliação da eficiência e eficácia da gestão.
Finalidade	Principalmente, emitir parecer sobre a adequação das Demonstrações Contábeis.	Promover melhoria nos controles operacionais e na gestão de recursos.
Relatório Principal	Parecer do auditor independente.	Recomendações para melhoria dos controles internos e eficiência administrativa.
Usuários do trabalho	A empresa e o público em geral.	A empresa.
Responsabilidade	Profissional, civil e trabalhista.	Trabalhista.

Quadro 2 - Diferenças entre auditoria externa e auditoria interna.

Fonte: Adaptado de Florentino (1988)

2.1.4 Habilidades e competências dos auditores

A Resolução CFC nº 1.018/05, que aprova a NBC P 5 – Norma sobre o Exame de Qualificação Técnica para Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) determina os conteúdos das provas dos exames de qualificação técnica dos auditores, conforme segue:

“5.4.1 Nas provas dos exames, serão exigidos conhecimentos nas seguintes áreas:

- a) Legislação e Ética Profissional.*
- b) Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).*
- c) Auditoria Contábil.*
- d) Legislação Societária.*
- e) Legislação e normas de organismos controladores do mercado.*
- f) Língua Portuguesa aplicada (conteúdo programático).*

5.4.2 Os Contadores que pretendem atuar em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) devem ainda se submeter à prova específica sobre:

- a) Legislação e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).*
- b) Conhecimentos da área de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).*
- c) Contabilidade bancária.*

Com isto, constata-se que para possuir o registro de auditor no Conselho Regional de Contabilidade, o profissional deve possuir, além dos conhecimentos de auditoria contábil, conhecimentos em princípios e normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Português e legislação.

Alberton (2002) apresenta um resumo dos conhecimentos técnicos e do fluxo de trabalho dos auditores independentes, através de um fluxo do processo de auditoria e os conhecimentos técnicos necessários à realização de auditorias contábeis independentes, exibido na Figura 1.

O autor destaca que são os conhecimentos técnicos identificados na revisão bibliográfica, sendo que outros conhecimentos técnicos e outros fluxos de processo auditorial podem ser requeridos e encontrados nas empresas que prestam serviços de auditoria contábil independente.

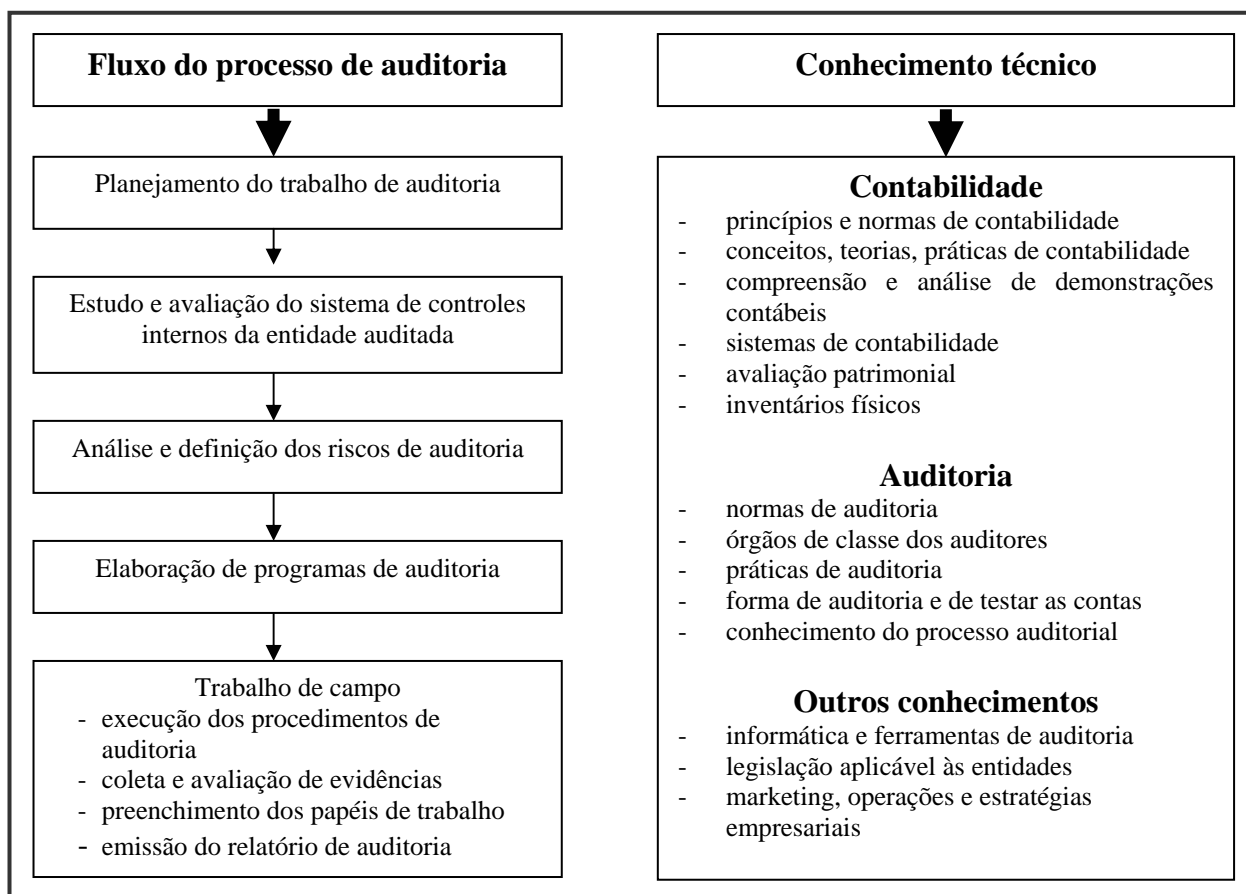


Figura 1 - Fluxo do processo auditorial e conhecimentos técnicos requeridos do auditor contábil independente.

Fonte: Alberton (2002, p.245)

Pode-se perceber que existe uma amplitude maior de competências técnicas identificadas na literatura do que as exigidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para habilitação na profissão. Com isto, constata-se que a profissão de auditor engloba conhecimentos em diversas áreas, exigindo do profissional a complementação de habilidades e competências com suas experiências.

Segundo pesquisa realizada por Alberton (2002), as habilidades e competências comportamentais necessárias ao desempenho satisfatório dos auditores independentes, em cinco empresas pesquisadas, estão demonstrados no Quadro 3.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	Empresa1	Empresa2	Empresa3	Empresa4	Empresa5
Capacidade dinâmica e pró-ativa	X		X		
Capacidade de liderança	X				
Capacidade de comprometer-se com resultados	X	X	X		
Capacidade para criar e inovar	X		X	X	X
Capacidade de comunicação verbal, não-verbal e escrita	X	X	X	X	
Habilidade empreendedora	X				
Capacidade para trabalhar em equipe	X		X	X	X
Ética e independência	X				X
Capacidade de trabalhar em ambientes diversificados	X				
Capacidade e disposição para enfrentar dificuldades	X			X	
Capacidade de aprender continuamente	X				
Capacidade de pensamento crítico		X			
Auto-confiança		X			
Capacidade de argumentação		X			
Maturidade e responsabilidade		X	X	X	
Capacidade de relacionamento interpessoal		X			X
Motivação/orientação para o desenvolvimento pessoal e profissional		X			X
Capacidade de resolução de problemas, conflitos e negociação			X		X
Capacidade de satisfazer as necessidades de clientes internos e externos			X		X
Possuir um conjunto de habilidades variadas e com equilíbrio entre elas	X				
Iniciativa e ambição			X		
Capacidade de lidar com pressão e flexibilidade em situações tensas				X	
Capacidade de auto-desenvolver-se					X
Capacidade de conciliar interesses pessoais com os da empresa					X
Lealdade					X
Espírito empreendedor	X		X		

Quadro 3 - Habilidades e competências comportamentais necessárias ao desempenho satisfatório dos auditores

Fonte: Alberton (2002, p.238)

A partir das informações exibidas no Quadro 3, percebe-se que as habilidades e competências comportamentais mais requisitadas são: capacidade de comprometer-se com resultados; capacidade para criar e inovar; capacidade de comunicação verbal, não-verbal e escrita; capacidade para trabalhar em equipe e maturidade e responsabilidade.

2.2 BALANÇO SOCIAL

Fazendo parte da fundamentação teórica da pesquisa, o assunto Balanço Social será abordado através dos seguintes tópicos: Conceito, As organizações e a responsabilidade social, Evolução histórica, Aspectos ambientais, Recursos humanos, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Modelos de Balanço Social.

2.2.1 Conceito

Segundo BNDES (2000), Balanço Social é o nome dado à “publicação de um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas com cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários, ao governo e às comunidades com que interagem, direta ou indiretamente”.

Para Sucupira apud Freire e Silva (2001, p.124),

Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida. Nesse sentido, é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos. É um indicador cristalino da forma como ela é administrada. Por meio dele, a empresa mostra o que faz por seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta. É uma forma de dar transparência a suas atividades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É um mecanismo de construção de vínculos mais estreitos entre empresa e sociedade.

O Balanço Social é considerado pelo Instituto Ethos (2004) como uma ferramenta fundamental de gestão e diálogo com as partes interessadas. Como uma ferramenta de gestão pois é um documento que expressa os resultados obtidos pela empresa e as metas propostas para o próximo ciclo, desde que inseridos num processo maduro de diagnóstico, planejamento e implementação, avaliação e transparência de suas ações. E como um instrumento de diálogo

com as partes interessadas no que se refere à comunicação das oportunidades e desafios sociais, econômicos e ambientais.

2.2.2 As organizações e a responsabilidade social

Para fundamentar a importância da auditoria de Balanço Social, apresenta-se uma breve ponderação a respeito da prática da responsabilidade social nas organizações.

Tamanini e Ostrowski (2004) apontam que a valorização da comunicação e a influência dos efeitos da globalização sobre a administração empresarial impulsionaram a responsabilidade social empresarial como novo fator de desenvolvimento corporativo. As empresas estão cada vez mais se preocupando em vincular sua imagem à noção de responsabilidade social.

A responsabilidade social empresarial é um tema de grande relevância nos principais centros de economia mundial, devido à exigência dos consumidores, pressão de grupos da sociedade organizada e por legislações e regras que demandam produtos mais seguros, proteção ambiental e cumprimento de normas éticas e trabalhistas em toda a cadeia produtiva.

No Brasil, intensas mobilizações sociais iniciadas nos anos 80 e acirradas nos anos 90, como a *“Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida”* liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, fortaleceram a discussão sobre a responsabilidade social empresarial. O empresariado nacional começou a ser cobrado por maior clareza e compromisso com a sociedade através da publicação do seu Balanço Social.

Luz (2001) prevê que em um futuro breve, as empresas que não investirem em Balanço Social serão naturalmente excluídas do mercado. Como acontece na Europa, os consumidores adquirirão bens e serviços mediante a análise dos Balanços Sociais.

A principal função do Balanço Social da empresa, segundo Torres (2003), é divulgar a responsabilidade social da empresa, mostrando a transparência para o público em geral,

demonstrando aos consumidores, acionistas e investidores o que a empresa está fazendo na área social.

2.2.3 Evolução histórica

Segundo Torres (2003), apesar de que desde o início do século XX já existir manifestações a favor da responsabilidade social, somente nos anos 60 nos Estados Unidos da América, e nos início dos anos 70 na Europa, é que a sociedade iniciou a cobrança pela informação de cunho social por parte das empresas, consolidando dessa forma, a necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais.

Tinoco (2001) afirma que foi nos Estados Unidos da América, devido as conseqüências da guerra do Vietnã, que foi aberto debate sobre responsabilidade social. O repúdio da população à guerra desencadeou a contestação às políticas que vinham sendo adotadas tanto pelo país quanto pelas empresas envolvidas diretamente na fabricação de armamentos.

De acordo com Torres (2003), nos anos 70 ocorreu a popularização da idéia de responsabilidade social na Europa. Em 1971, a empresa alemã STEAG produziu uma espécie de relatório social, com informações a respeito de suas atividades sociais. Porém, o marco na história dos balanços sociais aconteceu na França, quando a empresa SINGER publicou o primeiro Balanço Social da história das empresas.

A França, segundo Tinoco (2001), foi o primeiro país do mundo a ter uma lei que tornou obrigatório as empresas com mais de 300 funcionários a elaborar e publicar Balanços Sociais periódicos. A Lei nº 77.769/69 de 12 de julho de 1977 tem como objetivo principal estabelecer as performances da empresa no domínio social, excluindo os fatos econômicos. Na opinião do autor, esta é uma visão paternalista, pois exclui os fatos econômicos dos fatos sociais, como se estes percorressem caminhos diferentes e excludentes.

No Brasil, afirma Batista (2000), já na década de 80 falava-se a respeito do Balanço Social. Porém, ressalta que apenas em 1997 é que o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) lançou uma campanha nacional de publicação do Balanço Social e, no mesmo ano, as deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling apresentaram o projeto de Lei nº 3.116 que define a obrigatoriedade para a elaboração do Balanço Social.

De acordo com Ribeiro e Lisboa (1999), o Balanço Social na sua concepção mais ampla demonstra a interação da empresa com os elementos a cercam e contribuem para sua existência, citando como principais: o meio ambiente natural, a comunidade e economia local e os recursos humanos, que serão abordados a seguir.

2.2.4 Aspectos ambientais

Freire e Silva (2001) afirmam que são estreitas as relações entre a problemática da responsabilidade social e a responsabilidade ambiental das empresas, ressaltando a histórica Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que abriu caminho para enfrentar, com maior eficiência, os graves problemas ambientais que o crescimento econômico tem acumulado.

Segundo Ribeiro e Lisboa (1999), ao longo de séculos as atividades econômicas foram instaladas e mantidas sem qualquer preocupação com efeitos sobre o meio natural, encontrando-se hoje uma situação alarmante do meio ambiente. Para conter e eliminar os efeitos danosos, para dar continuidade das atividades econômicas, fez-se necessário o desenvolvimento de novas tecnologias. Como os recursos são escassos, tais tecnologias têm custos elevados e a adoção sofreu resistência de muitos empresários pois estariam reduzindo a margem de lucro em curto prazo. Porém, no longo prazo, sem os referidos investimentos poderia acontecer a extinção da empresa.

A resistência apenas começou a ser quebrada diante das pressões locais e internacionais de movimentos ambientalistas, com o surgimento da consciência de responsabilidade social e com a criação de normas internacionais de qualidade ambiental. (Ribeiro e Lisboa, 1999).

Ribeiro (1999) afirma que a contabilidade constitui-se em um adequado sistema de informações quanto à postura ambiental das entidades, pois objetiva evidenciar a situação econômico-financeira as empresas e o desempenho periódico das mesmas. Ressalta ainda que a publicação de informações ambientais pode inibir práticas ilícitas e estimular comportamentos e procedimentos corretos.

O modelo de Balanço Social 2004 do Ibase (disponível em: <http://www.balancosocial.org.br>) apresenta como sugestão os seguintes indicadores ambientais:

- Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa: Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
- Investimentos em programas/projetos externos: Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação sócio-ambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
- Metas anuais: Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o *Global Reporting Initiative* (GRI)

Esta breve introdução sobre a inserção dos aspectos ambientais em relatórios sociais, traduz a necessidade de conhecimento dos auditores sociais sobre o assunto.

2.2.5 Recursos Humanos

Segundo Tinoco (2001), um dos pilares para a elaboração do Balanço Social constitui-se em descrever o emprego, as relações de trabalho existentes nas entidades, a forma como os trabalhadores ingressam no mercado de trabalho, sua evolução ao longo do tempo, o modo como a entidade estimula sua formação e promoção, a remuneração e outros benefícios conferidos aos assalariados, as condições de vida e trabalho, condições de higiene e segurança.

De acordo com Ribeiro & Lisboa (1999), por força das pressões dos movimentos sindicalistas, governamentais, de direitos humanos surgiu a consciência de responsabilidade social sob o aspecto dos recursos humanos. Atualmente, independente de maior ou menor escassez de cargo, as empresas estão obrigadas a implementar e manter condições adequadas de trabalho.

Quanto à evidenciação de informações sociais sob o aspecto Recursos Humanos, Tinoco (2001) aborda tópicos que deverão incorporar os relatórios das empresas:

- Emprego
- Remunerações e outros benefícios
- Formação profissional e desenvolvimento de pessoal
- Condições de higiene e de segurança do trabalho
- Outras condições de trabalho
- Absenteísmo

As informações sobre Recursos Humanos e condições de trabalho, muitas vezes podem ser extraídas dos registros contábeis, dependendo do nível de sistema de informações

utilizado pela organização. Isto pode facilitar o processo auditoral, aumentando o grau de confiança.

2.2.6 Demonstração do Valor Adicionado

Santos (2004) afirma que a contabilidade, dentro de seu objetivo maior de oferecer informações fidedignas de modo oportuno, tem com a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) a oportunidade de expandir seus números, conceitos e informações apresentadas aos usuários, dentro de um modelo decisório que une informações econômico-financeiras com outras de natureza social e de distribuição da riqueza gerada, em busca do Balanço Social.

Segundo Kroetz (2000), a DVA é, na realidade, a diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu, representando dessa forma o que foi agregado de valor ao produto/serviço, ou seja, a riqueza gerada, dentro de seu ciclo operacional e demonstrando sua distribuição para empregados, governo, financiadores, acionistas/sócios etc.

De acordo com Ribeiro & Lisboa (1999), a contabilidade utiliza a DVA para identificar e divulgar quanto a atividade da empresa gera de recursos adicionais para a economia local, como e para quem os distribui.

Segundo Santos (2004), embora ainda não seja obrigatória a publicação da Demonstração do Valor Adicionado, esta prática já está sendo comum em muitas empresas brasileiras que demonstram estar conscientes de seu papel social na comunidade em que estão inseridas.

Dalmácio (2004) salienta que além de ser fonte de informação pelos empregados, financiadores de recursos, administradores, governo, sócios ou acionistas, sociedade, sindicalistas, fornecedores e clientes, a DVA pode também ser utilizada para diferenciação de carga tributária em diferentes setores econômicos, negociações salariais, análise de projetos

de instalação de empresas internacionais, concessão de incentivos fiscais pelos municípios ou estados, análise de crescimento econômico, abertura de linhas de crédito, auxílio na mensuração do PIB, instrumento de apoio à decisão e controle, dentre outras atividades de interesse público.

A Universidade de São Paulo - USP, através da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras - FIPECAFI elaborou o seguinte modelo de demonstração do valor adicionado utilizado hoje pelas empresas, incorporado ao Balanço Social.

DESCRIÇÃO	em milhares de reais	
	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	%
1- RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão (Constituição)		
1.3) Não Operacionais		
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)		
2.1) Matérias-primas consumidas		
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos		
3- VALOR ADICIONADO BRUTO(1-2)		
4-RETENÇÕES		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE(3-4)		
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1)Resultado de equivalência patrimonial		
6.2)Receitas financeiras		
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6) (RIQUEZA CRIADA PELA EMPRESA)		
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal e encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Juros e aluguéis		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos/prejuízos do exercício		

Quadro 4 - Modelo de Demonstração de Valor Adicionado.

Fonte: FIPECAFI

2.2.7 Modelos de Balanço Social e Relatórios Sociais

O modelo de Balanço Social proposto pelo Ibase foi criado em 1997 e é inspirado no formato dos balanços financeiros, expondo detalhadamente os números relacionados à responsabilidade social da organização. Apresentando dados coletados no sistema de informações contábeis da empresa, é o modelo considerado base para a produção de qualquer Balanço Social, independente do formato final escolhido para o documento. (Instituto *Ethos*, 2004)

O modelo de Balanço Social lançado em 2001 pelo Instituto *Ethos*, através do Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial, é um relato mais abrangente de princípios e ações das organização. Sua estrutura e conteúdo são baseados nos relatórios sociais propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) e pelo *Institute of Social and Ethical Accountability* (ISEA), associados aos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social e ao modelo de Balanço Social proposto pelo Ibase. (Instituto Ethos, 2004)

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma instituição global independente que está desenvolvendo uma estrutura mundialmente aceita para relato de sustentabilidade. Esta estrutura, chamada Diretrizes GRI, permite às empresas e outras organizações a preparar relatórios sobre seu desempenho econômico, ambiental e social, comparáveis entre si. As Diretrizes não governam o comportamento de uma organização. Ao invés disso, elas ajudam uma organização a descrever o resultado da adoção e aplicação de códigos, políticas, e sistemas de gestão. O uso das Diretrizes GRI é voluntário, tendo a intenção de ser aplicáveis a organizações de todos os tamanhos e tipos operando em qualquer local. (disponível em: http://www.bsd-net.com/bsd_brasil)

2.3 AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL

Com o propósito de revisar o que já existe na literatura sobre esse novo assunto Auditoria do Balanço Social, subdividiu-se este item nos seguintes tópicos: Definição, Objetivos e benefícios, Modelo de auditoria de Balanço Social e Os auditores de Balanço Social.

2.3.1 Definição

A auditoria do Balanço Social é entendida por Kroetz (1999) como “uma função organizacional de estudo, revisão, avaliação e emissão de opinião quanto ao ciclo de gestão administrativa de caráter social e ecológico”.

De acordo com Kroetz (1999), a auditoria do Balanço Social pode ser realizada tanto pela auditoria interna, quanto confirmada pela auditoria externa com experiência na área ecológica ou social.

O Instituto Ethos (2004), recomenda princípios e critérios qualitativos que devem ser observados na preparação dos relatórios sociais, para que estes venham adquirir consistência e credibilidade, como os relatórios financeiros, que são:

- a) Relevância, sendo que as informações contidas nos relatórios devam apresentar utilidade aos diferentes usuários;
- b) Veracidade, demonstrando neutralidade e consistência na formulação e apresentação das informações;
- c) Clareza, sempre atentando para a variedade de públicos que usufruirão das informações e tendo cautela na utilização de termos técnicos e científicos;
- d) Comparabilidade, mantendo a consistência na escolha, mensuração e apresentação dos indicadores;

- e) Regularidade, sendo apresentados em intervalos de tempos regulares, permitindo o acompanhamento dos resultados e tendências;
- f) Verificabilidade, contribuindo para a credibilidade dos relatórios.

Este último item diz respeito à verificação e auditoria das informações contidas no Balanço Social, prática ainda não exigida pelo mercado. Porém, a crescente preocupação das partes interessadas pela transparência exige que as empresas garantam a integridade dos dados. Para isto, o Instituto Ethos (2004) sugere a adoção de algumas iniciativas como a realização de auditoria nos processos cujos resultados estejam refletidos nos indicadores, a apresentação de comentários e avaliações realizadas por especialistas externos e a declaração de compromisso com a legitimidade das informações na “Mensagem do Presidente”.

Segundo Araújo (2003), a auditoria do Balanço Social deve considerar os padrões profissionais de auditoria, experiências anteriores, o ambiente organizacional, o sistema de controle interno, o controle externo à entidade, os propósitos da organização e as políticas de gestão da empresa.

2.3.2 Objetivos e benefícios

Segundo Kroetz (1999), o objetivo macro da auditoria do Balanço Social é contribuir para maior confiabilidade no processo de gestão administrativa e proporcionar subsídios à melhoria contínua exigida pela necessidade de prosperidade da célula social. Dentre os muitos benefícios da implementação da auditoria do Balanço Social, destacam-se: a) redução de riscos ambientais; b) redução de custos; c) novas oportunidades de mercado; d) maior confiança dos investidores, credores e sociedade em geral, na organização; e) maior comprometimento e participação dos empregados e f) elevação do nível de qualidade organizacional e social.

Araújo (2003) define como principais objetivos da auditoria do Balanço Social: a) certificação do grau de observância das disposições legais de âmbito social e ecológico; b) avaliação da eficiência da entidade na condução de suas atividades; c) identificação do nível de comprometimento dos funcionários com a missão e propósitos organizacionais; e d) formulação de recomendações de melhorias para corrigir fragilidades observadas.

Kroetz (1999) cita como principais benefícios da implementação da auditoria do Balanço Social: a) redução de riscos ambientais e sociais; b) redução de custos – com implementação de modelos de prevenção; c) novas oportunidades de mercado; d) maior confiança na organização pelas partes interessadas; e e) elevação do nível de qualidade organizacional e social.

Segundo Lopes (2003), existem duas etapas importantíssimas na introdução de um projeto de responsabilidade social nas organizações, para que o projeto não passe de mera peça publicitária. A primeira etapa é a transparência, pois as ações movidas pela ética são de longo prazo, intensamente participativas e transparentes em todos os níveis da empresa. A segunda etapa é a busca da excelência, através de certificações e Balanço Social, pois proporcionam um envolvimento mais profissional do público interno, fazendo com que haja um endomarketing saudável e mais respeito dos consumidores e fornecedores - os *stakeholders* em geral.

2.3.3 Certificações e Normas

Segundo o BNDES (2000), não existe um instrumento de prestação de contas que reporte simultaneamente as performances financeiras, sociais e ambientais, nem mesmo um modelo padrão para cada um destes aspectos. Com o intuito de desenvolver e consolidar um conjunto de padrões e indicadores aceitáveis e auditáveis, no que se refere aos aspectos éticos

e de responsabilidade social, algumas normas nacionais e internacionais vêm sendo criadas por órgãos específicos.

A seguir, realiza-se uma introdução sobre algumas normas e certificações importantes para auditoria de Balanço Social, os quais os auditores devem conhecê-los:

2.3.3.1 ISO 14000

O movimento em direção à normatização e gerenciamento ambiental surgiu no início dos anos 90 através do trabalho de instituições normatizadoras de diversos países europeus. Por ocasião da Eco-92 foi apresentada a proposta de criação de um grupo especial para estudar a elaboração de normas gestão ambiental, com o intuito de serem internacionalmente reconhecidas. Em março de 1993 instalou-se o ISO/TC-207, comitê técnico com a função de elaborar uma série de normas, batizadas de série ISO 14.000. (FIESC, 2005)

Nasce assim, o sistema de gestão ambiental da série ISO14000, cujo escopo é a criação de uma política ambiental, estabelecimento de objetivos e metas, implementação de um programa para alcançar essas metas, a monitoração e medição de sua eficiência, a correção de problemas e a análise e revisão do sistema para melhorar o desempenho ambiental das empresas. (FELIPE, 2001)

2.3.3.2 AA 1000

A norma AA1000 (*AccountAbility* 1000) foi criada em 1996 pelo *Institute of Social and Ethical Accountability* e lançada em novembro de 1999, com o desafio de ser o primeiro padrão internacional de gestão de responsabilidade corporativa. Esta norma de cunho social enfoca principalmente a relação da empresa com seus diversos parceiros, possuindo como

uma de suas principais características o caráter evolutivo, pois é uma avaliação regular (anual).

AA 1000 é um padrão de processo para a gestão da contabilidade, auditoria e relato da responsabilidade corporativa. Seu principal diferencial está na inclusão das partes interessadas em todos os seus passos, dando credibilidade à responsabilidade corporativa da organização que o adota. (*Business meets Social Development*, disponível em: http://www.bsd-net.com/bsd_brasil)

AA 1000 tem como objetivos: a) gerenciar e comunicar a Responsabilidade Social Empresarial e o desempenho social e ético da organização como um sistema único; b) servir como sistema de controle interno para gerenciar os riscos que surgem; e c) atender os legítimos interesses dos *stakeholders* em informações a respeito do impacto das atividades e seus processos para tomada de decisão.

2.3.3.3 SA 8000

De acordo com Leipziger (2003), a Norma SA 8.000 é um código voluntário de conduta, onde as empresas optam por implementá-la para ressaltar suas reputações através da melhoria das condições no ambiente de trabalho, pelo desejo de agir corretamente e também devido às pressões exercidas pelos consumidores e investidores.

Os tópicos tratados na Norma, com definição de critérios para contemplarem os requisitos de responsabilidade social, são: Trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horários de trabalho, remuneração e sistemas de gestão.

“A Social Accountability SA 8000 (Responsabilidade Social SA 8000) é uma norma mundial verificável para administrar, auditar e certificar a colaboração com as questões envolvendo o ambiente de trabalho. Baseada em convenções da Organização Internacional do Trabalho e nos instrumentos internacionais relacionados aos direitos humanos – incluindo-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança -, a SA 8000 visa garantir os direitos básicos dos trabalhadores”. (Leipzieger, 2003, p.8)

2.3.3.4 OHSAS 18001

OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series 18001) foi desenvolvida em resposta à urgente demanda de clientes por uma norma reconhecida para Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional, com base na qual as organizações possam ser avaliadas e certificadas. Compatível com as normas de sistemas de gestão ISO 9001:1994 (Qualidade) e ISO 14001:1996 (Meio Ambiente), com o intuito de facilitar a integração dos sistemas de gestão da qualidade, ambiental e da segurança e Saúde Ocupacional pelas organizações, se assim elas o desejarem.

2.3.3.5 ISO 19011

ISO 19011 fornece orientação sobre a gestão de programas de auditoria, a realização de auditorias internas ou externas de sistemas de gestão da qualidade e/ou ambiental, bem como sobre a competência e a avaliação de auditores. É intenção que esta Norma se aplique a um grande número de usuários potenciais, como auditores, organizações que implementam ou precisam realizar auditorias nos sistemas de gestão da qualidade e/ou ambiental, e organizações envolvidas em certificação ou treinamento de auditor, em certificação/registro de sistemas de gestão, em credenciamento ou em padronização na área de avaliação da conformidade.

2.3.3.6 NBR 16000

Em outubro de 2004, a Associação Nacional de Normas Técnicas – ABNT editou a NBR-16001, que tem por objetivo fornecer às organizações os elementos de um sistema de gestão da responsabilidade social eficaz, passível de integração com outros requisitos de gestão, auxiliando no alcance dos objetivos relacionados à responsabilidade social.

A NBR-16001 trata dos requisitos para implementação de um sistema de gestão da responsabilidade social, que são: política de responsabilidade social; planejamento; implementação e operação; comunicação; documentação; medição, análise e melhoria. Estes requisitos são genéricos, para que possam ser aplicados a todas as organizações, variando de acordo com fatores como política de responsabilidade social da organização, natureza de suas atividades, produtos e serviços e localidade e condições em que opera.

2.3.4 Modelo de Auditoria do Balanço Social

Araújo (2003) enfatiza que ainda não existe um modelo consagrado de auditoria do Balanço Social devido ao estágio embrionário da questão, portanto o auditor deve construir um modelo de auditoria que lhe permita fundamentar uma opinião sobre a fidedignidade do Balanço Social.

De acordo com Kroetz (1999), o modelo de auditoria para o Balanço Social deve preocupar-se em conhecer o ambiente endógeno e exógeno da organização. Na atividade de auditoria, o objeto de avaliação é o conjunto dos controles internos, representados pelo conhecimento das políticas de gestão, dos objetivos organizacionais e da estrutura de controle interno em relação ao ambiente externo.

Kroetz (1999) apresenta algumas etapas metodológicas, entendidas como importantes para a construção do modelo de auditoria do Balanço Social, a seguir:

- a) Conhecimento de políticas de gestão, que são os parâmetros ou orientação para tomada de decisão, geralmente formuladas pela alta direção da entidade e servem de guia para toda instituição. O auditor do Balanço Social deve procurar identificar as políticas, principalmente na área de recursos humanos (social) e ambiental (ecológico), as quais muitas vezes já estarão descritas na própria demonstração do Balanço Social.
- b) Objetivos organizacionais, que são os parâmetros ou metas a serem atingidas. Podem ser globais ou departamentais, sendo que tanto nos objetivos globais quanto dos departamentais, é possível encontrar alguns voltados ao gerenciamento ecológico e socialmente correto.
- c) Ambiente organizacional, pois se entende que é importante o auditor, na condição de planejador dessa atividade, conhecer as partes do ambiente interno que compõem a entidade, retratando sua forma de trabalho e a importância para a organização.
- d) Ambiente externo, pois se considera que as empresas são interligadas e interagem, como um sistema aberto, perturbando o meio ambiente e recebendo influência do mesmo. Portanto, na preparação do modelo de auditoria, deve-se observar o grau de interação, dependência e comprometimento, entre os ambientes externo e interno, e a organização.

Kroetz (1999) ainda descreve as principais fases do modelo de auditoria do Balanço Social, que são: planejamento, execução (desempenho), avaliação de desempenho, comunicação dos resultados e experiência (*feedback*). Como sugestão, o autor apresenta graficamente o modelo de auditoria proposto, conforme Figura 2.

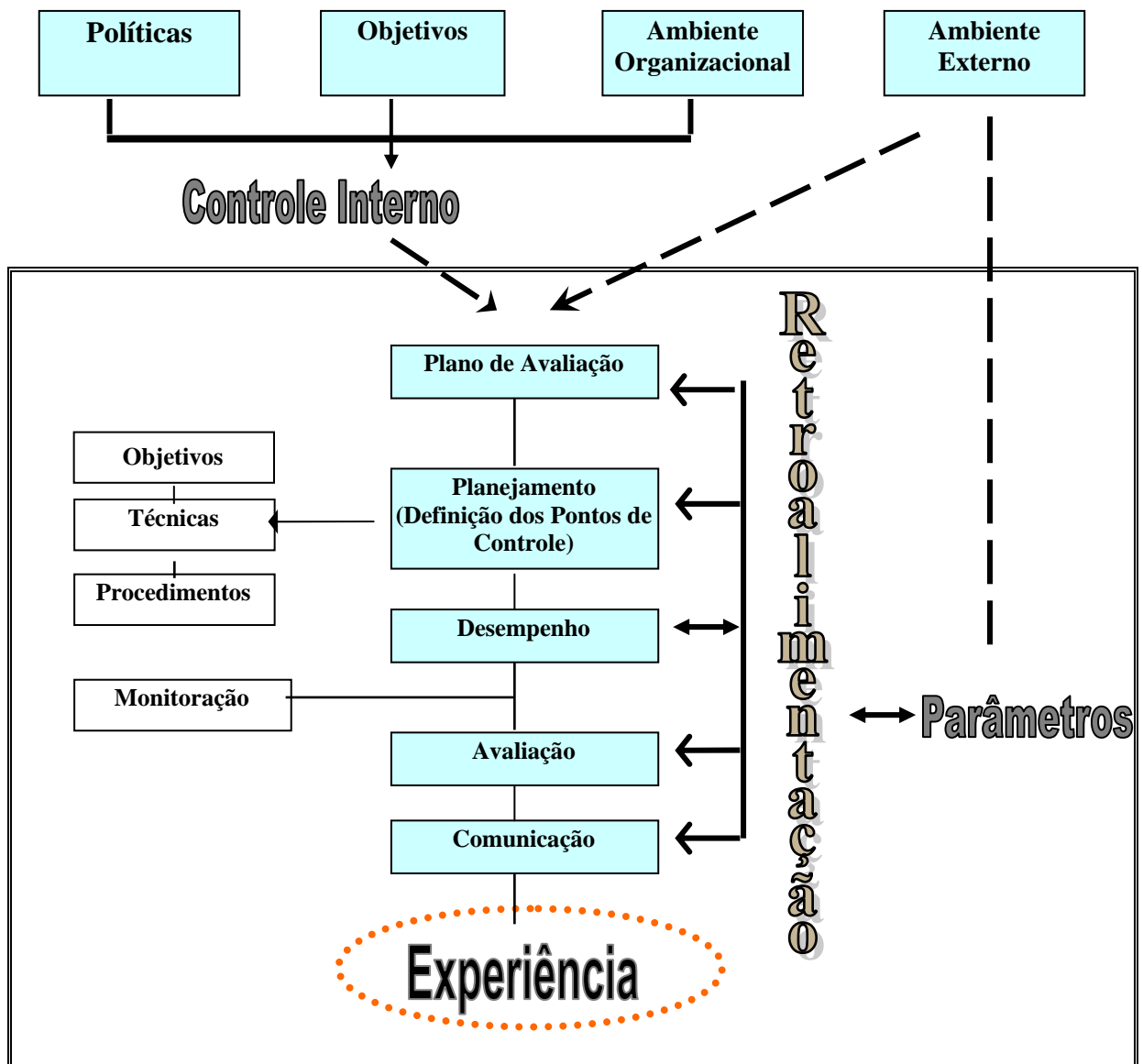


Figura 2- Modelo de Auditoria do Balanço Social

Fonte: Kroetz (1999)

2.3.5 Os auditores sociais

Na seção 7 da NBR ISO 19011 são apresentados os conhecimentos e habilidades genéricas de auditores de sistema de gestão da qualidade e sistema de gestão ambiental. Embora essa Norma seja aplicável à auditorias de sistemas de gestão da qualidade e/ou

ambiental, o usuário pode considerar a adaptação ou extensão da orientação fornecida para aplicação em outros tipos de auditorias, incluindo auditorias em outros sistemas de gestão.

Convém que auditores tenham conhecimento e habilidades nas seguintes áreas:

- a) Princípios, procedimentos e técnicas de auditoria: permitir ao auditor aplicar o que for apropriado a diferentes auditorias e assegurar que as auditorias sejam realizadas de uma maneira consistente e sistemática.
- b) Sistema de gestão e documentos de referência: permitir ao auditor compreender o escopo da auditoria e aplicar o critério de auditoria.
- c) Situações organizacionais: permitir ao auditor compreender o contexto operacional da organização.
- d) Leis, regulamentos e outros requisitos pertinentes à disciplina aplicáveis: permitir ao auditor trabalhar e estar atento aos requisitos que se aplicam à organização a ser auditada.

2.3.6 Práticas em auditoria de Balanço Social

Kroetz (1999) ressalta que ainda não existem normas internacionais capazes de disciplinar o processo de auditoria social, entretanto, com o início da divulgação de um maior número de informações sociais e ecológicas, pode-se estabelecer parâmetros que originarão os futuros princípios ecológico e socialmente aceitos, à semelhança dos princípios contábeis e das normas internacionais de auditoria.

Ambrósio (2003) ressalta que, devido a inexistência de padrões oficiais de certificação de relatórios de responsabilidade social, como acontece com uma auditoria clássica de demonstrações contábeis, a Trevisan desenvolveu uma metodologia especializada para essa certificação em respostas às solicitações de seus clientes. Não se tratando de uma auditoria clássica com emissão de parecer, mas sim de um relatório especial com a certificação das

informações contidas e recomendações de melhoria. (Verificar nos Anexos 2 exemplos de relatórios de auditores independentes para auditoria de Balanço Social)

Segundo Vanca (2005), o papel dos auditores na divulgação do Balanço Social é verificar a razoabilidade e consistência e, se possível, evidências quanto a padrões de reporte adotados; informação sobre a empresa, suas políticas e práticas; informações financeiras e quantitativas; e indicadores de desempenho ambiental e social.

Certificar Balanço Social vai muito além de avaliar os números ou os informativos financeiros e contábeis demonstrados, tratando, na verdade, de verificar se todos os projetos estão sendo realmente colocados em prática; se tudo que a empresa se compromete a realizar em termos de ações sociais (desde valores e missão) está sendo efetivado; se as propostas de relacionamento entre público externo e interno, e entre dirigentes e colaboradores, e a relação com a comunidade estão acontecendo. (Ambrósio, 2003)

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo refere-se ao estudo de caso, compreendendo uma primeira etapa contendo o histórico e informações sobre as empresas participantes da pesquisa e uma segunda etapa com a apresentação e análise dos dados coletados a partir do questionário (anexo 1).

3.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS EMPRESAS

A seguir, apresenta-se algumas informações sobre as empresas pesquisadas (BDO Trevisan, Ernst & Young, Pricewaterhouse Coopers e Serviço Social da Indústria de Santa Catarina – SESI/SC), extraídas dos sites institucionais contidos na internet.

3.1.1 BDO Trevisan

Pensando na globalização, que faz crescer a necessidade das empresas de trabalhar com prestadoras de serviços que atendam as suas demandas no mercado nacional e internacional, a Trevisan e a BDO formaram uma parceria que reúne uma grande empresa brasileira de auditoria e consultoria com uma das maiores do mundo.

Fundada em 1983, a Trevisan é a empresa de Auditoria, Consultoria, Terceirização e Educação com maior presença no Brasil, com 20 escritórios localizados nas principais cidades brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, Curitiba, Recife, Manaus, Porto Alegre, Belém, Goiânia, Campinas, São Luís, Natal, Campo Grande, Ribeirão Preto, Cuiabá, Florianópolis e Vitória. São mais de 1000 profissionais altamente especializados, distribuídos em unidades de negócio que atuam com independência, mas de

forma integrada para garantir ao cliente, além da proximidade geográfica, um padrão único de qualidade.

A BDO foi fundada em 1963 na Europa, mas já integrando, em sua origem, operações na Alemanha, Inglaterra, Holanda, Canadá e Estados Unidos. Com mais de 40 anos de experiência no mercado internacional, a BDO, hoje, está presente em aproximadamente 100 países, com mais de 570 escritórios espalhados nas principais cidades do mundo. Sua filosofia é manter uma estreita relação com os objetivos do cliente, ajudando-o a progredir e a prosperar. Para isso, a empresa dispõe de mais de 23.000 profissionais extremamente qualificados, especializados nas áreas de Assurance, Risk Consulting and Advisory Services, Tributos e Financial Advisory Services. Constantemente, a BDO expande a sua rede de serviços, buscando sempre as melhores soluções para seus clientes.

3.1.2 Ernst & Young

A Ernst & Young (2002) possui mais de 85.000 colaboradores em 700 escritórios, em mais de 130 países, nas Américas, Europa - Oriente Médio - África e Ásia Pacífico. Na América Latina possui mais de 2.000 profissionais, distribuídos por 49 escritórios, em 15 países. A empresa atua no Brasil desde 1959, com o objetivo de atender às necessidades dos clientes através de serviços baseados na excelência profissional, inovação nos negócios e atendimento superior. A Ernst & Young Brasil conta com mais de 1.300 colaboradores, distribuídos em 12 escritórios por todo o Brasil. (ALBERTON, 2002)

Possui um amplo portfólio de serviços nas áreas de auditoria, auditoria interna (*outsourcing*), auditoria de sistemas e controle de risco em tecnologia, assessoria tributária, *Corporate Finance* (*joint ventures*, fusões e aquisições, cisões e privatizações), *Human Capital* (assistência a executivos envolvidos em transferências internacionais) e *Emerging Growth Companies* (soluções de crescimento e expansão de negócios). Usando ferramentas e

metodologias globais, seus colaboradores falam a mesma linguagem em qualquer parte do mundo.

3.1.3 Pricewaterhouse Coopers

A Pricewaterhouse Coopers se originou da fusão de duas firmas - Price Waterhouse e Coopers & Lybrand, cada qual com origens históricas de cerca de 150 anos. Pricewaterhouse Coopers é uma organização genuinamente global com escritórios em 768 cidades, de 139 países. Mais de 120.000 profissionais em todo o mundo trabalham de maneira integrada garantindo a qualidade e excelência dos serviços prestados.

A Pricewaterhouse Coopers comemora em 2005 seus 90 anos de atuação no Brasil, desde a abertura do primeiro escritório no Rio de Janeiro. Hoje compreende 13 escritórios, instalados nos principais estados das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, que proporcionam ampla cobertura geográfica. Com 2.500 colaboradores, presta serviços de auditoria, assessoria tributária, societária e em gestão empresarial nas áreas de sustentabilidade, gestão de riscos, reestruturações, fusões e aquisições, recuperação de empresas, capital humano, melhoria e terceirização de processos.

3.1.4 Serviço Social da Indústria – SESI/SC

O Serviço Social da Indústria de Santa Catarina – SESI/SC, criado em 1946 pela Confederação Nacional da Indústria, é uma entidade mantida pela indústria, sendo os repasses feitos através de arrecadação direta e indireta. Tem por escopo estudar, planejar e executar medidas que contribuam diretamente para o bem-estar social dos trabalhadores nas indústrias e atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida do país e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes.

Em Santa Catarina, o SESI possui unidades em 21 cidades, um Centro Esportivo, 81 Farmácias e 60 Cozinhas Industriais, com um quadro de 2.860 funcionários (dados de maio 2005). A empresa presta basicamente serviços nas áreas de Educação, Saúde, Alimentação, Farmácia, Lazer e Consultoria Social, sempre voltados para o desenvolvimento da indústria, o bem-estar dos trabalhadores e da comunidade em geral.

A área de Consultoria Social do SESI/SC presta serviços de Consultoria em Balanço Social ajudando as empresas a elaborar Relatórios e Balanços Sociais, orientando na definição do modelo mais adequado aos seus objetivos e necessidades e nas etapas de coleta, análise qualitativa e comunicação das informações. O trabalho segue padrões internacionalmente aceitos em transparência e prestação de contas, como os modelos Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e modelo GRI - *Global Reporting Initiative*.

3.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

A seguir, são apresentados os dados coletados a partir do questionário (anexo 1) aplicado nas empresas participantes da pesquisa.

A **questão 1** busca identificar a ocorrência de realização de auditoria do Balanço Social pelas empresas pesquisadas, apresentando o resultado exibido no Quadro 5.

Sim	Não
BDO Trevisan	SESI/SC
Ernst & Young	
Pricewaterhouse Coopers	

Quadro 5 - Realização de auditoria do Balanço Social.

Fonte: Autora

Conforme o Quadro 5, a empresa SESI/SC foi a única das pesquisadas que ainda não realizou auditoria do Balanço Social, justificando que não identificou uma metodologia

prática e usual no mercado brasileiro. Vale a pena ressaltar que o SESI não é uma empresa de auditoria e foi inserida na pesquisa por estar em fase de planejamento para implementação desta prestação de serviço para as indústrias. As empresas Ernst & Young, BDO Trevisan e Pricewaterhouse Coopers já possuem experiência em auditoria de Balanço Social, citando como clientes grandes empresas como: Petróleo Brasileiro S.A Petrobrás (Ernst & Young); FIESP, Banco Real, CIEE, Laboratórios Wyeth, Aché e Médley (BDO Trevisan); Banco Itaú, Coca-Cola (Pricewaterhouse Coopers).

A **questão 2** trata de identificar se as empresas pesquisadas se consideram preparadas para realizar auditoria do Balanço Social. Os resultados obtidos estão expostos no Quadro 6, a seguir.

Sim, totalmente preparada	Não
BDO Trevisan	SESI/SC
Ernst & Young	
Pricewaterhouse Coopers	

Quadro 6 - Preparação de auditoria do Balanço Social

Fonte: Autora

A partir do Quadro 6, pode-se perceber que o SESI/SC é a única empresa que não está preparada para realizar auditoria do Balanço Social, devido ao motivo exposto no item acima. As empresas Ernst & Young, BDO Trevisan e Pricewaterhouse Coopers responderam que estão totalmente preparadas para prestar serviços de auditoria de Balanço Social.

Na **questão 3**, as empresas foram questionadas sobre quais modelos de Balanço Social já auditaram. O Quadro 7 apresenta os resultados, descartando-se a empresa SESI/SC, que não respondeu a esta questão por não ter realizado auditoria de Balanço Social.

	Ibase	Instituto Ethos	GRI
Ernst & Young			
BDO Trevisan			
Pricewaterhouse Coopers			

Quadro 7 - Modelos de Balanço Social auditados pelas empresas.

Fonte: Autora

O Quadro 7 exhibe os modelos de Balanço Social pré-identificados pela pesquisa por serem os modelos mais utilizados no Brasil, sendo que a empresa Ernst & Young citou adicionalmente os modelos CEBDS¹ e *Down Jones Sustainability Index*².

A **questão 4** buscou identificar a existência de processo de recrutamento e seleção dos auditores de Balanço Social pelas empresas pesquisadas. O Quadro 8 apresenta as respostas, descartando-se a empresa SESI/SC, por não ser uma empresa de auditoria e não realizar auditoria de Balanço Social.

Sim	Não
BDO Trevisan	Pricewaterhouse Coopers
Ernst & Young	

Quadro 8 – Existência de processo de recrutamento e seleção para auditores de Balanço Social.

Fonte: Autora

De acordo com o Quadro 8, percebe-se que a empresa Pricewaterhouse Coopers não possui processo de recrutamento e seleção para auditores de Balanço Social. A empresa Ernst & Young, apesar de ter respondido “sim”, ressalta que o processo não é específico para auditores de Balanço Social, mas para exercer a função de auditor contábil. A empresa BDO Trevisan afirmou possuir processo de recrutamento e seleção de auditores de Balanço Social, porém não descreveu tal processo, como solicitado no questionário.

Os questionamentos sobre o perfil desejado e as competências técnicas e comportamentais necessárias para ser auditor de Balanço Social foram realizados através das **questões 5 e 6**. As respostas mais cotadas são expostas no Quadro 9, a seguir.

Competências	BDO Trevisan	Ernst & Young	Pricewaterhouse	SESI/SC
--------------	--------------	---------------	-----------------	---------

¹ CEBDS é o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, que possui um modelo de Relatório de Sustentabilidade Empresarial.

² Dow Jones Sustainability Index World, lançado em 1999, foi o primeiro indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global.

			Coopers	
Auditoria				
Responsabilidade Social				
Ambiental				

Quadro 9 - Conhecimentos necessários para ser auditor de Balanço Social, segundo as empresas pesquisadas.

Fonte: Autora

Verifica-se no Quadro 9 que todas as empresas pesquisadas citaram a necessidade de conhecimento de auditoria. Quanto ao conhecimento sobre os conceitos de responsabilidade social e ambiental, a empresa Ernst & Young não os citou e a empresa BDO Trevisan não citou o ambiental, porém existe o entendimento que este fator esteja incorporado ao conceito de responsabilidade social.

A empresa Ernst & Young focalizou sua resposta nos aspectos legais relativos à atuação de um profissional em auditoria de uma forma geral, ressaltando que deve ser graduado em contabilidade e registrado no Conselho Regional de Contabilidade e em casos de companhias abertas, na Comissão de Valores Mobiliários. Observa ainda que o auditor é contratado pelo cliente para verificar a razoabilidade de informações contidas no Balanço Social, principalmente aquelas oriundas de registros contábeis, sendo submetidas ao processo de auditoria contábil tradicional. As demais informações contábeis são submetidas a procedimentos de revisão e conferência com os registros que a companhia tem para compilar as informações.

A empresa SESI/SC, além de citar os conhecimentos expostos no Quadro 9, respondeu que o perfil do auditor de Balanço Social deve permear o eixo “*triple-bottom-line*”³, ou seja, o auditor deve ter conhecimento na área clássica de auditoria contábil, financeira, tributária, administrativa etc, bem como na área social e ambiental. Deve ter uma visão multidisciplinar porém pode apoiar-se em especialistas, em determinadas situações. Ressaltou contudo que é

³ Termo usado como uma grelha de medida e de elaboração de relatórios sobre o desempenho da empresa, confrontando-a com os parâmetros econômicos, sociais e ambientais. (Fonte: <http://www.sustainability.com>)

muito difícil encontrar profissionais com esta visão multidisciplinar em razão de serem muito recentes as normas e necessidades. Deixou claro, no entanto, que a área contábil-financeira é prerrogativa de contadores e auditores contábil-financeiros. A auditoria social é focada no conhecimento técnico em si. Já a auditoria ambiental está alicerçada em normas ambientalistas, como a ISO14000 e padrões oriundos da engenharia ambiental.

No questionamento quanto à diferença entre o auditor contábil e o auditor de Balanço Social, na **questão 7**, obteve-se as seguintes respostas:

- BDO Trevisan: respondeu que o auditor de Balanço Social precisa, além do conhecimento contábil, estar familiarizado com os conceitos de responsabilidade social e conhecer a metodologia própria desenvolvida pela empresa, através de treinamento;

- Ernst & Young: restringiu-se a abordar a exigência legal para atuação nas áreas, respondendo que desconhece a existência de regulamentação que trate de auditoria de informações de natureza social, além das exigidas e mencionadas na Resolução do CFC nº10034, de 19 de agosto de 2004.;

- Pricewaterhouse Coopers: destaca que a auditoria contábil focaliza as demonstrações financeiras, enquanto que a auditoria de Balanço Social verifica não apenas investimentos sociais e ambientais, mas também as evidências dos resultados obtidos (indicadores sociais e ambientais).

- SESI/SC: novamente ressaltou que o auditor de Balanço Social é o auditor com visão multidisciplinar (“*triple-bottom-line*”), enquanto o auditor contábil é o de auditoria tradicional ou clássica.

A **questão 8** do questionário pergunta se a empresa possui auditores com formação especializada em Balanço Social e, no caso de possuir, apresentar um breve currículo

⁴ Aprova a NBC T15, sobre informações de natureza social e ambiental.

destacando os principais cursos e experiências na área de Balanço Social e auditoria de Balanço Social de cada auditor.

Sim	Não
BDO Trevisan	Ernst & Young
	Pricewaterhouse Coopers
	SESI/SC

Quadro 10 - Empresas que possuem auditores especializados em auditoria de Balanço Social.

Fonte: Autora

Conforme exibido no Quadro 10, a empresa BDO Trevisan foi a única que informou que possui auditores especializados em Balanço Social e auditoria de Balanço Social, porém não relatou o currículo dos auditores por alegar confidencialidade de informação.

As empresas Ernst & Young, Pricewaterhouse Coopers e SESI/SC responderam que não possuem auditores especializados na área, sendo que o SESI informou que existe um projeto em andamento para o desenvolvimento de profissionais com essa visão ampliada (auditoria de Balanço Social – modelo Instituto Ethos e Norma AA1000).

Na questão 9, as empresas foram questionadas a respeito do processo de entrevistas sobre questões sociais, apresentando as seguintes informações:

- BDO Trevisan: limitou-se a responder que possui metodologia própria;
- Ernst & Young: informou que normalmente o auditor procura identificar se a informação divulgada tem respaldo nos registros contábeis ou em registros de compilação mantidos pela empresa, ressaltando que testes com base em amostragem podem ser necessários para aumentar a confiança de informação;
- Pricewaterhouse Coopers: relata que a primeira fase é a obtenção de informações verbais, porém a obtenção de evidências é fundamental como, por exemplo, a existência de política social, de programas sociais e informações formais sobre benefícios obtidos, com quantidades/valores auditáveis, com controles específicos;

- SESI/SC: responde que as entrevistas devem ser objetivas, bem estruturadas e dentro da realidade (ramo) da empresa que está sendo auditada. O roteiro prévio da entrevista deve ser bem estruturado para colher subsídios e informações concretas. Destaca ainda que questões sociais são passíveis de medição através de projetos e atividades, bem como de Indicadores de Desempenho (ID's) e Padrões de Desempenho (PD's).

Com isto, percebe-se que as empresas Pricewaterhouse e SESI/SC corroboram a idéia de que as entrevistas complementam as informações que podem ser obtidas a partir dos projetos sociais e indicadores sociais das empresas auditadas.

A **questão 10**, para finalizar o rol de questionamentos, buscou-se identificar a existência de treinamento específico para os auditores de Balanço Social das empresas.

Sim	Não
BDO Trevisan	Ernst & Young
Pricewaterhouse Coopers	
SESI/SC	

Quadro 11 - Existência de treinamento específico para auditores de Balanço Social.

Fonte: Autora

A partir do Quadro 11, pode-se identificar que apenas a empresa Ernst & Young não possui treinamento específico, informando que os treinamentos são voltados para as técnicas de auditoria tradicionais. A BDO Trevisan limitou-se a responder que existem treinamentos internos. A Pricewaterhouse Coopers informou que o treinamento inclui processo de auditoria, controles internos e aspectos específicos de responsabilidade social e gestão ambiental. O SESI/SC está desenvolvendo competências internas para futura auditoria em Balanço Social, sendo que os treinamentos são poucos e bem focalizados. Existindo também uma parceria de auditoria de Balanço Social com a empresa BDO Trevisan.

4 CONCLUSÕES

A presente monografia tem como ponto principal a exposição e discussão sobre o Balanço Social, considerando que o mesmo está inserido em um novo paradigma, evidenciado no recente estabelecimento de premissas de auditoria dentro dessa área.

Como a efetivação de parâmetros sobre o processo de auditoria social, ratifica-se a necessidade de competências e características peculiares ao perfil de profissionais atuantes nesse ramo, bem como da preparação das empresas de auditoria para esta nova necessidade de seus clientes.

O presente estudo foi estruturado com o propósito de identificar habilidades e competências necessárias aos auditores de Balanço Social de forma a alcançar os objetivos específicos definidos.

Primeiramente, realizando-se o atestamento do primeiro objetivo específico desta pesquisa - identificar teorias, práticas e normas de Balanço Social -, realizou-se um estudo prévio dos principais tópicos acerca do objeto de estudo, buscando na literatura contemporânea autores que versam sobre o assunto, as fontes de balizamento para a conclusão deste trabalho.

Em atendimento ao segundo objetivo proposto, através da formulação de questionário para aplicação em empresas do ramo, procurou-se identificar as principais competências necessárias aos profissionais atuantes nesse ramo. Apurou-se, de maneira geral, os seguintes aspectos:

- Constatou-se, pelo conteúdo tabulado, a ocorrência de diversidade de opiniões sobre a qualificação específica para a atuação na área. Comprovou-se tal afirmação pelas respostas da empresa Ernst & Young - ao sustentar que o perfil do

auditor de Balanço Social corresponde ao perfil do auditor contábil tradicional – e a empresa SESI/SC que reconhece a necessidade de uma equipe multidisciplinar, com alta especialização, para execução completa da auditoria em Balanço Social ;

- Foram verificadas características de superficialidade, incompletude e generalidade em respostas fornecidas à interrogação quanto às competências necessárias à formação do especialista em auditoria de Balanço Social. Infelizmente, não se obteve o retorno esperado nas questões relativas ao perfil desejado do auditor de Balanço Social, impossibilitando uma delineamento detalhado das características e competências necessárias a este profissional;
- Concluiu-se que as competências essenciais, que devem servir de alicerce para a formação do auditor de Balanço Social, são: a) ser auditor certificado; b) possuir conhecimentos em responsabilidade social, compreendendo as diversas ferramentas de gestão, normas, certificações e modelos de Balanço Social; e c) possuir conhecimento em gestão ambiental.

O terceiro objetivo específico trata da averiguação do grau de preparação das empresas atuantes no mercado de auditoria de Balanço Social. Através da análise das respostas às questões concernentes a esse assunto, elenca-se os tópicos conclusivos a seguir:

- As empresas apresentaram experiência em auditoria de Balanço Social, com exceção do SESI/SC que ainda não presta tal serviço, sendo a referida experiência o que se pode considerar como requisito essencial para comprovação de preparação desta prática.
- Em questionamento que exigia a auto-avaliação das empresas no que se refere à preparação para a realização de auditoria de Balanço Social, a única empresa que admitiu não estar preparada foi o SESI/SC, justificando estar em fase de

implementação do projeto de prestação deste serviço. As demais empresas se consideram totalmente preparadas para realizar este novo tipo de auditoria;

- Em contraponto ao item anterior, apenas a empresa BDO Trevisan informou possuir auditores especializados em auditoria de Balanço Social, da mesma forma que a empresa Ernst & Young afirmou não oferecer treinamento específico para esses profissionais. Isto provoca inferências que sugerem a necessidade de maior preparação técnica específica para oferecer o serviço de auditoria de Balanço Social.

Através da análise dos dados empíricos, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca do estudo:

- De um modo geral, percebe-se a intenção das empresas de acompanhar a tendência do mercado, porém existe uma certa insegurança devido à falta de normas e certificações que regulamentem tal prática;
- A prática de auditoria do Balanço Social pelas empresas está acontecendo para atender às necessidades de seus clientes, mas o oferecimento de tal serviço não é divulgado em suas páginas da *internet* juntamente com os demais serviços;
- Há precariedade no oferecimento de cursos e palestras sobre auditoria social, prejudicando a possibilidade de especialização do profissional em auditoria de Balanço Social.

Como ainda não existe um perfil “ideal” para auditor de Balanço Social, este é o momento crucial de preparação e conquista de espaço, tanto de empresas quanto de profissionais, no mercado de auditoria social.

Reconhece-se que pesquisas futuras são requeridas, devido ao estado embrionário dos estudos e práticas no Brasil de auditoria social. Sugere-se, como complemento a esta pesquisa, estudos sobre:

- a importância da auditoria do Balanço Social, do ponto de vista da empresa auditada;
- vantagens mercadológicas para as empresas que possuem Balanço Social auditado.

5 REFERÊNCIAS

ALBERTON, Luiz. **Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção. 2002.

AMBRÓSIO, Mauro. **Relatórios sociais, elaboração e certificação** – uma nova tendência. Revista Trevisan–versão eletrônica. nº170, ano XVI, 2003. Disponível em: http://www.faculadetrevisan.br/publicacoes/arquivos%5CREVISTA_170.PDF

ARAÚJO, Francisco José. Auditando o Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade.** ano XXXII, n. 140, mar-abr, 2003.

ATTIE, William. **Auditoria:** conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BATISTA, Halcima Melo. **Balanço Social:** uma mudança de estratégia a favor da política social. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

BEUREN, Ilse Maria, RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2003.

BOYNTON, William C., Johnson, Raymond N., Kell, Walter G. **Auditoria.** Traduzido por José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2002. 2002

BNDES. **Balanço Social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa.** Relato setorial nº2. março/2000.

BUSINESS MEETS SOCIAL DEVELOPMENT. Disponível em: www.bsd-net.com/bsd_brasil

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em : <http://www.crcsp.org.br/>

DALMÁCIO, Flávia Zóboli. Indicadores para análise de Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Ano XXXIII, n.149, set/out, 2004.

FELIPE, Davi Lored. **Os sistemas integrados de gestão (ISO9000, ISO14000, OHSAS18001) como indicadores de responsabilidade social (SA8000) em processos produtivos de indústrias de confecções no Espírito Santo – Brasil.** programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001

FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina. **ISO 1400.** Disponível em: www.fiescnet.com.br/gestaoambiental/iso14000.htm

FLORENTINO, Américo Matheus. **Auditoria contábil.** Editora da Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1988.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. Atlas: São Paulo, 2001.

FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César Augusto Tibúrcio. (organizadores) **Balanco Social: teoria e prática**. Atlas: São Paulo, 2001.

IBASE. **Modelo de balanço social**. 2004. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br>.

INSTITUTO ETHOS. **Guia de elaboração do Balanço Social**. 2004.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3.ed. São Paulo, Atlas, 2002.

KARKOTLI, Gilson Rihan. **Importância da responsabilidade social para implementação do marketing social nas organizações**. Dissertação de mestrado aprovada no programa de pós-graduação em engenharia de produção da Universidade Federal de Santa Catarina. 2002

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social: teoria e prática**. Atlas: São Paulo, 2000.

KROETZ, César Eduardo Stevens. Auditoria do Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n.116, 1999.

LEIPZIGER, Deborah. **SA8000: o guia definitivo para a nova norma social**. Traduzido por Nilza Freire. Qualitymark: Rio de Janeiro, 2003.

LOPES, Rodrigo de Souza. **Responsabilidade Social não é peça publicitária**. 2003. Disponível em http://www.eticaempresarial.com.br/artigos_publicitaria.htm. Acesso em 13/03/2005.

LUZ, Antônio. Balanço Social: investir ou ser excluído. **Revista Expressão**. Ano 11, nº112. 2001. p.69.

MARTINS, V.A. Contabilidade social – da origem à prática atual. Temática contábil e balanços. **Boletim IOB**, n. 10-12, 1999.

NBR ISO 14001:1996 - Sistemas de gestão ambiental - Especificação e diretrizes para uso.

NBR ISO 19011 - Diretrizes para auditorias de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental. Nov, 2002.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Lima de. **Conceitos de BS 8800**. Disponível em: <http://jasconsultoria.vilabol.uol.com.br/artigoConceitosBS8800.htm> Acesso em 15/11/2004.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Balanço Social: instrumento de divulgação da interação da empresa com a sociedade**. Trabalho apresentado no 23º ENANPAD, Foz do Iguaçu: 1999.

RIBEIRO, Maisa de Souza, LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n.115, jan/fev, 1999.

RIZZI, Fernanda Basaglia. Balanço Social e Ação de Responsabilidade Social das Empresas. p.173-194. In: PRÊMIO ETHOS VALOR. **Responsabilidade Social das Empresas: a Contribuição das Universidades**. Ed. Fundação Peirópolis: São Paulo, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de auditoria**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

SINDICONT-RIO. Modelo de auditoria o Balanço Social. **Revista MBC**. <http://sindicont-rio.org.br/mbc0605.htm>. Acesso em 16/04/2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem de transparência e da responsabilidade pública das organizações**. Atlas: São Paulo, 2001.

TINOCO, João E.P. **Balanço Social e Contabilidade no Brasil**. Caderno de Estudos n° 9. FIPECAFI, São Paulo, out/1993.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do Balanço Social**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/historico.html> Acesso em 19/03/2003

TRAMANINI, Delci, OSTROWSKI, Maria Clementina Bruçó. **O balanço social como instrumento de comunicação das empresas**. Trabalho selecionado no 3° Encontro Catarinense de Professores de Ciências Contábeis. (06/12/2004) Disponível em: <http://www.crcsc.org.br/artigo/>

VANCA, Paulo. **Auditoria de balanço social**. Vídeo de palestra disponível em: www.pwc.com.br. 2005.

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO

Empresa: Página na Internet:

Pessoa que respondeu o questionário: Cargo:

1) A empresa já realizou auditoria do Balanço Social?

sim. Cite algumas empresas:

não. Por quê?

2) A empresa está preparada para realizar auditoria de Balanço Social?

sim, estamos totalmente preparados.

sim, mas estamos em fase inicial.

não estamos preparados.

3) Quais modelos de Balanço Social já auditou?

Ibase

Instituto Ethos

GRI

outro. Qual?

4) Existe processo de recrutamento e seleção dos auditores de Balanço Social?

sim. Descreva:

não

5) Qual o perfil desejado para ser auditor de Balanço Social?

R.:

6) Qual a competência técnica e comportamental necessária para ser um auditor de Balanço Social?

R.:

7) Qual a diferença entre o auditor contábil e o auditor de Balanço Social?

R.:

8) A empresa possui auditores com formação especializada em Balanço Social? Caso haja, fazer um breve currículo, destacando os principais cursos e experiências na área de Balanço Social e Auditoria de Balanço Social de cada auditor.

R.:

9) Auditar questões relativas à área social, muitas vezes, é ouvir dos auditados opiniões subjetivas. Como devem ser entrevistadas as pessoas em uma organização nas questões sociais?

R.:

10) Houve (há) algum treinamento específico para os auditores de Balanço Social? Realizado pela própria empresa ou por empresa contratada? Quais?

R.:

Considerações a respeito do tema ou informações adicionais que julgue importantes para a pesquisa:

ANEXO 2 – RELATÓRIOS SOCIAIS

Relatório de Compilação dos Auditores Independentes

De acordo com as normas internacionais de auditoria aplicáveis a trabalhos de compilação de informações, procedemos à compilação da demonstração do valor adicionado e dos indicadores sociais, econômicos e ambientais do **Sistema Coca-Cola – Divisão Brasil**, em 31 de dezembro de 2003. O Sistema Coca-Cola - Divisão Brasil agrega informações da Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (Recofarma) e de seus 18 Fabricantes em todo o território nacional. A elaboração da demonstração do valor adicionado, bem como o cálculo dos indicadores mencionados, é de responsabilidade da Coca-Cola e de seus Fabricantes. A compilação efetuada não representa um exame de acordo com as normas de auditoria independente das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não estamos expressando uma opinião sobre as informações contábeis compiladas e consolidadas.

Conforme solicitação de V. Sas., visitamos a Recofarma e 6 Fabricantes que compõem aproximadamente 70% do saldo das Receitas de produtos Coca-Cola da Coca-Cola - Divisão Brasil, em 31 de dezembro de 2003, aplicando os seguintes procedimentos adicionais:

- Discussão com os administradores sobre os procedimentos adotados na elaboração da demonstração do valor adicionado e dos indicadores sociais, econômicos e ambientais (área financeira, recursos humanos e meio ambiente);
- Confronto das informações de natureza financeira com os registros contábeis em 31/12/2003;
- Confronto dos indicadores sociais e econômicos com as informações contidas nos sistemas internos de informação;
- Confronto dos indicadores ambientais com os relatórios provenientes dos instrumentos de monitoramento ambiental; e
- Incorporação de ajustes decorrentes de diferenças identificadas nos confrontos acima, na demonstração do valor adicionado e nos indicadores sociais, econômicos e ambientais da Coca-Cola - Divisão Brasil.

Como resultado da execução dos trabalhos mencionados anteriormente, as correspondentes informações e atividades desenvolvidas durante o exercício de 2003 estão consideradas na demonstração do valor adicionado e nos indicadores sociais, econômicos e ambientais da Coca-Cola - Divisão Brasil, em 31 de dezembro de 2003.

Pricewaterhouse Coopers International Ltda.

Paulo Michael Vanca
CRC 2SP009963/0-1

Marco Antonio Fujihara
CRC 1SP086191/0-0 CREA 0600917443

Carta-Relatório dos auditores independentes sobre o Relatório Socioambiental Fiesp/Ciesp/IRS

1. Em conexão com nossos exames das demonstrações contábeis da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp) em 31 de dezembro de 2003, e através de revisões adicionais das informações referentes ao Instituto Roberto Simonsen (IRS) para a qual não procedemos exames das demonstrações contábeis na mesma data base, efetuamos a auditoria de revisão especial das informações contidas no Relatório Socioambiental Fiesp/Ciesp/ IRS. A preparação deste relatório é de responsabilidade da administração da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp) e Instituto Roberto Simonsen (IRS). O objetivo dos nossos trabalhos foi certificar que as informações contidas no Relatório Socioambiental Fiesp/Ciesp/IRS referente ao exercício social de 2003 estão suportadas pelos sistemas de informações e comunicação interna e externas, bem como, pelo sistema de controle interno e estão apresentadas de forma apropriada em todos os seus aspectos relevantes.

2. Nossos trabalhos foram efetuados objetivando suportar a emissão de nossa carta-relatório, incluindo os seguintes procedimentos:

a) conhecimento dos sistemas e processos utilizados na obtenção e apuração das informações divulgadas no Relatório Socioambiental da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp) e Instituto Roberto Simonsen (IRS);

b) planejamento dos trabalhos considerando a relevância e o volume das informações apresentadas no mesmo relatório, bem como sistema e processos utilizados na obtenção dessas informações;

c) reuniões e entrevistas com gestores responsáveis pela elaboração das informações;

d) confirmação de informações através de circularização de terceiros;

e) constatação em base de testes de evidência e dos registros que suportem as informações constantes nas seções: Carta do presidente, Introdução, Valores & Transparência, Governo & Sociedade, Associados, Público Interno, Comunidade, Fornecedores, Meio Ambiente, Indicadores de Desempenho e Contatos;

f) confronto das informações de natureza econômico-financeira com os registros contábeis.

3. Nossos trabalhos foram limitados à certificação das informações contidas no Relatório Socioambiental da Fiesp/IRS, não incluindo qualquer análise de avaliação das políticas e práticas de Responsabilidade Social adotadas pela Socioambiental da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp) e Instituto Roberto Simonsen (IRS). Os procedimentos adotados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria independente das demonstrações contábeis para a qual emitiríamos opinião por meio de parecer. Entretanto, utilizaremos as melhores práticas de auditoria adotadas para a verificação de Balanço Social, que nos permitir concluir a respeito das informações contidas no referido Relatório Socioambiental conforma parágrafo 5.

4. As informações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 2002 apresentadas para fins comparativos e de comentários foram examinadas por outros auditores independentes.

5. Com base nos procedimentos descritos anteriormente, certificamos que as informações contidas no Relatório Socioambiental da Fiesp/Ciesp/IRS referentes ao exercício social de 2003 estão adequadamente suportadas pelos sistemas de informações e de controles internos e estão apresentados de forma apropriada em todos os aspectos relevantes. Nosso relatório final não apresenta ressalvas e sua versão integral encontra-se em poder do administrador da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e Instituto Roberto Simonsen.

São Paulo 23 de abril de 2004

Mauro de Almeida Ambrósio

Sócio-Contador

CRC 1SP199692/O-5

Trevisan Auditores Independentes

CRC 2SP013439/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O BALANÇO SOCIAL E AMBIENTAL

Aos
Administradores e Acionistas da
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

1. Auditamos, com base nas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as demonstrações contábeis da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, não incluídas no presente relatório. Nossa auditoria foi efetuada com o objetivo de emitirmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, como resultado, emitimos parecer de auditoria sem ressalvas em 25 de fevereiro de 2005. As informações constantes do relatório do Balanço Social e ambiental estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Companhia, apesar de não serem requeridas como parte das demonstrações contábeis. Essas informações, exceto as identificadas como “revisadas” conforme detalhado no parágrafo 2 abaixo, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados em nossa auditoria das demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Essas informações estão identificadas no relatório do Balanço Social e ambiental como “auditadas”.

2. As informações constantes no relatório do Balanço Social e ambiental e identificadas como “revisadas” foram sujeitas aos procedimentos de revisão, detalhados a seguir, conforme requerido pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1003 de 19 de agosto de 2004. Esta revisão consistiu em um escopo substancialmente menor do que uma auditoria efetuada de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, objetivo da qual seria emitir uma opinião sobre o relatório do Balanço Social e ambiental e, conseqüentemente, não emitimos uma opinião sobre tais informações. Os procedimentos de revisão consistiram basicamente de:

i) entrevistas junto a profissionais da Companhia para entendimento dos principais critérios e premissas utilizados na preparação do relatório do Balanço Social e ambiental;

ii) análises de informações de arquivos eletrônicos extraídos dos sistemas de dados da Companhia e confronto, em base de amostragem, dessas informações com as informações contidas no relatório do Balanço Social e ambiental;

iii) confirmação com fontes de informações externas, em base de amostragem, sobre dados contidos no relatório do Balanço Social e ambiental;

iv) revisão, em base de amostragem, de contratos, acordos e outros documentos comprobatórios e confronto com as informações contidas no relatório do Balanço Social e ambiental; e v) análise dos principais processos e fluxos de informações que geraram as informações incluídas no relatório do Balanço Social e ambiental.

3. Baseados na revisão acima mencionada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feito no relatório do Balanço Social e ambiental da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, para que o mesmo esteja de acordo com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

4. Certas informações contidas no relatório do Balanço Social e ambiental não foram submetidas a procedimentos de auditoria ou revisão, e estão sendo identificadas como “não auditadas/não revisadas”.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2005

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S
Paulo José Machado
Sócio

ANEXO 3 – MODELO IBASE 2004 DE BALANÇO SOCIAL

